



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Reforço dos trabalhos de divulgação e promoção das leis

O Governo da RAEM tem vindo a empenhar-se na promoção da construção de uma sociedade de Direito, sendo a educação jurídica uma base importante e, nos últimos anos, tem desenvolvido activamente os respectivos trabalhos através de diversos canais, incluindo o lançamento de “programas de divulgação jurídica através da *internet*”, a criação de “grupos de divulgação jurídica” e de “uma plataforma integrada de informações sobre a divulgação jurídica”, a realização do “Mês da divulgação jurídica destinada aos jovens” e de um concurso de perguntas e respostas sobre conhecimentos jurídicos, entre outras actividades. Para além disso, reforçou-se a cooperação com as escolas e associações na realização de diversas palestras e acções de divulgação jurídica, o que contribuiu para a elevação da consciência jurídica dos cidadãos.

No entanto, nos últimos anos, foram elaboradas e revistas várias leis em Macau e, embora o Governo tenha efectuado uma ampla divulgação em conjunto com escolas e associações, alguns residentes e turistas têm pouco conhecimento sobre as novas leis. Ao mesmo tempo, nos primeiros três trimestres deste ano, entraram em Macau mais de 29 milhões de visitantes, provenientes de diferentes origens jurídicas e hábitos culturais, por isso, possuem diferentes níveis de conhecimento sobre o Direito de Macau. Assim, têm sido frequentes as infracções no trânsito rodoviário, no



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

antitabagismo, na apropriação de objectos extraviados, no alojamento, e no tratamento dado ao lixo, o que reflecte a necessidade de se continuar a aprofundar os trabalhos de divulgação jurídica, no sentido de elevar a consciência dos visitantes sobre o cumprimento da lei em Macau. Além disso, o Governo da RAEM empenha-se activamente na captação de investimentos e na promoção do desenvolvimento da economia de convenções e exposições e de concertos, pelo que as empresas do exterior também precisam de conhecer melhor a legislação local, a fim de garantir a conformidade com a lei na contratação de trabalhadores e nas suas actividades comerciais. Com vista a optimizar os trabalhos de divulgação jurídica, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Actualmente, a “plataforma integrada de informações sobre a divulgação jurídica” disponibiliza muita informação e tem funções de consulta jurídica e de perguntas e respostas frequentes, porém, o seu conteúdo inclina-se mais para a explicação especializada, e a descrição dos casos concretos é relativamente limitada, o que não favorece uma compreensão mais directa por parte do público. Com vista a elevar o nível de conhecimentos jurídicos dos residentes, o Governo deve estudar a optimização das funções da referida plataforma, por exemplo, aumentando a análise de casos concretos, melhorando os mecanismos de pesquisa, e criando zonas temáticas de acordo com as necessidades dos diferentes grupos de pessoas, para elevar o seu nível de conhecimento jurídico. O Governo vai fazê-lo?

2. As regiões vizinhas adoptaram diversas formas inovadoras e dinâmicas de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

divulgação jurídica, com vista a aumentar o interesse do público pelas leis. O Governo deve tomar como referência as respectivas experiências, e reforçar a cooperação com as escolas, associações e empresas, no sentido de promover, em conjunto, mais modelos inovadores de divulgação jurídica, tais como, dramas, jogos interactivos, vídeos curtos, etc., para que os residentes e visitantes elevem a sua consciência jurídica através da educação e da diversão. O Governo vai fazer isto?

3. Tendo em conta a situação real de os turistas permanecerem em Macau por um curto período de tempo, tendo um itinerário com um programa intenso e dificuldades na obtenção sistemática de informações jurídicas, o Governo deve estudar a cooperação interdepartamental com o sector em causa para resolver esse problema. Assim, nos postos fronteiriços, nos hotéis, nas visitas aos pontos turísticos, nos estabelecimentos de consumo, etc., vão ser disponibilizadas mais informações para a divulgação jurídica, de forma diversificada e com informação concisa e multilingue, a fim de garantir que as informações jurídicas cheguem aos turistas com precisão?

10 de Dezembro de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ngan Iek Hang